

Abuso do poder tumultua a interpartidária

Depois de três meses de trabalho e 23 reuniões cordiais, a Comissão Interpartidária — que examina alterações na legislação eleitoral e partidária —, viveu ontem momentos de tensão, ao discutir uma proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) contra o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais. Sem clima e sem quorum, o presidente da comissão, senador Aloysio Chaves (PDS-PA), suspendeu, então, os trabalhos. Ferreira Lima propôs que, em diligências sobre gastos eleitorais, tanto a

comissão como o Ministério Público ou o Tribunal Regional Eleitoral poderão requerer ao sistema bancário, oficial e privado, o extrato de conta do candidato investigado, bem como das pessoas jurídicas a ele vinculadas. O Banco Central agiria em caso de recusa ou delonga, e o não fornecimento do extrato significaria pena de dez salários mínimos por dia excedente. Em meio a comentários simultâneos e generalizados, risos e até mesmo expressões de apoio incondicional,

o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) sugeriu a extensão da proposta no sentido de alcançar os descendentes e ascendentes do candidato, e a ampliação do período de averiguação de extrato até dois anos antes da campanha. Maurílio Ferreira Lima tentou levantar uma questão de ordem, mas foi impedido pelo presidente, por não ser membro da comissão, e saiu dizendo que “tratar do abuso do poder econômico no Congresso é mais sensível do que discutir a

reforma agrária”. Cardoso Alves chamou-o de ingênuo, afirmando que o dinheiro nunca saía da conta bancária do candidato. Na reunião de ontem, aprovou-se o processo de votação do analfabeto e foi ampliado para 24 horas o prazo para interposição de recurso para casos de impugnação, bem como a presença de fiscais dos partidos nas apurações eletrônicas e a restauração do voto de legenda para as eleições proporcionais.